

HABEAS CORPUS Nº 548.831 - MT (2019/0358091-4)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **FERNANDO PARMA TIMIDATI E OUTRO**
ADVOGADOS : **HERMES DA SILVA - MT014884**
: **FERNANDO PARMA TIMIDATI - MT0160270**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**
PACIENTE : **MARCELO FELIPE MORELO (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

EMENTA

HABEAS CORPUS. LEI DE ARMAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 691/STF. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DELITIVA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE. Writ indeferido liminarmente.

DECISÃO

Neste *habeas corpus*, ataca-se a decisão exarada pelo Desembargador Relator do HC n. 1017366-91.2019.8.11.0000, que tramita no Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

Requer-se, em nome de **Marcelo Felipe Morelo**, o seguinte (fl. 32):

a) a concessão de LIMINAR para suspender os efeitos da decisão que decretou a prisão preventiva nos autos de ação nº 9631- 35.2018.811.0040, em tramite perante a Segunda Vara Criminal de Sorriso/MT, cuja parca fundamentação é extraída dos autos do Processo 8668.90-2019.811.0040 (cód.217973) e confirmada liminarmente nos Autos do *Habeas Corpus* 1017366-91.2019.8.11.0000, que tramita perante o Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

b) Subsidiariamente, requer seja revogada a prisão preventiva, aplicando-se as medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal;

c) requer, ainda, caso necessário, sejam requisitadas à douta autoridade coatora as informações.

d) Por fim, requer a concessão da ordem em definitivo, a fim de que seja cassado o ato da autoridade coatora que decretou a prisão preventiva em desfavor do paciente.

Em síntese, alega-se que *o Juízo de piso decretou a prisão a fim de supostamente garantir a ordem pública pelo descumprimento de uma medida cautelar que vedava o envolvimento outros crimes (claro excesso do poder geral de cautela do magistrado), ordem ratificada em segundo grau, quando do julgamento do Habeas Corpus n. 1017366-91.2019.8.11.0000. Ocorre que em nenhum momento restou suficientemente justificado o risco à ordem pública que o paciente poderia representar*

Superior Tribunal de Justiça

(fl. 23).

É o relatório.

Aplicável, à espécie, o entendimento da Súmula 691/STF.

Conforme o Desembargador Gilberto Giraldelelli, a hipótese dos autos não retrata flagrante constrangimento ilegal, uma vez que (fl. 71):

[...] ao contrário do que o impetrante quer fazer crer, o fundamento do decreto de prisão objeto da presente ordem de *habeas corpus*, proferido na ação penal n.º 9631-35.2018.8.11.0040 – código 199867, não se limita à suposto descumprimento de medidas cautelares revogadas pelo HC n.º 1011675-33.2018.8.11.0000, ao contrário, estriba-se na imprescindibilidade da custódia cautelar para a **salvaguarda da ordem pública**, sob a perspectiva da **renitência criminosa do acusado**, que além desta ação penal em que decretado o édito segregatício e na qual é acusado de supostamente traficar drogas e revender ilicitamente defensivos agrícolas; responde a, no mínimo, outras duas ações penais, sendo a já propalada ação pelo crime de ameaça contra a mulher em contexto de violência doméstica e/ou familiar, e outra pelos delitos de posse e porte ilegal de armas de fogo de uso permitido e de uso restrito.

[...]

Com efeito, é inviável a pretendida supressão de instância. Cumpre ao Tribunal estadual tomar a decisão de mérito acerca das alegações dos impetrantes, depois disso estará aberta a competência do Superior Tribunal de Justiça para cuidar da questão.

Diante do exposto, **indefiro liminarmente** a petição inicial (art. 210 do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator